



Grupo Caixa Geral de Depósitos

Fundo Especial de Investimento Aberto
CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO & CONTAS

1º semestre de 2012

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	2
MERCADOS DE CAPITAIS	5
MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS	7
ACTIVIDADE DO FUNDO.....	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS	10

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No 1º semestre de 2012 a economia mundial continuou em expansão, embora se tenham intensificado os sinais de arrefecimento da actividade, destacando-se as economias desenvolvidas, nomeadamente o bloco europeu, bem como as incertezas por parte de empresários e de consumidores.

Estas incertezas derivaram particularmente do agravamento das tensões no mercado de dívida soberana no velho continente. Contribuíram para isso diversos factores, desde o processo de reestruturação da dívida pública grega ao impasse político naquele país.

A redução dos ratings da dívida pública por parte de algumas das principais agências de notação de risco voltou a contribuir para a deterioração da confiança dos investidores na estabilidade financeira e solvabilidade de alguns países da União Económica e Monetária (UEM), com destaque, desta feita, para a Espanha. As elevadas necessidades de financiamento desta economia e o crescimento negativo acabaram por contagiar outros países em situação parecida, nomeadamente a Itália. Em ambos os casos, esse receio ficou patente no aumento das respectivas taxas de juro implícitas, as quais atingiram, no primeiro caso, os níveis máximos desde a entrada em funcionamento da UEM.

O agudizar da incerteza com a crise da dívida e os indícios de abrandamento económico levaram à tomada de novas medidas por parte das autoridades responsáveis com o propósito de melhorar a confiança dos agentes. Entre outras, estas medidas passaram pela decisão de aumentar a capacidade de intervenção dos fundos de resgate, pela assinatura de um acordo entre a UE e o Governo de Espanha que possibilitasse a recapitalização do seu sector bancário, tendo, ainda no final do semestre, no âmbito do Conselho Europeu de Bruxelas, sido aprovada a flexibilização do uso destes fundos de resgate, bem como a reactivação do Pacto para o Crescimento, cuja medida de maior relevo passa por permitir um reforço do capital do Banco Europeu de Investimentos.

A crescente incerteza relativamente à conjuntura económica internacional deveu-se não só à desaceleração das economias desenvolvidas, como também ao abrandamento das economias emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente da China e do Brasil. O grau de preocupação com o arrefecimento da actividade neste bloco ficou patente nas reduções das taxas de juro directoras. Na China e na Índia, os bancos centrais decretaram a primeira redução das mesmas desde Dezembro de 2008 e Março de 2009, respectivamente, enquanto que no Brasil a autoridade monetária fixou a taxa num novo mínimo histórico.

No bloco desenvolvido, em particular nos EUA, a Federal Reserve admitiu que o grau de retoma tem sido muito modesto, tendo já no final do semestre estendido o seu programa de obrigações do tesouro. Na Europa, o BCE, que realizou no início do ano o segundo leilão com maturidade a 3 anos, reconheceu a existência de mais riscos negativos para o crescimento tendo autorizado a extensão de activos aceites como colateral por parte de 7 bancos centrais, incluindo o Banco de Portugal. Ainda na Europa, os bancos centrais da Dinamarca, Suécia e Noruega decretaram igualmente reduções das respectivas taxas de juro directoras, enquanto que no Japão a autoridade monetária estabeleceu por duas vezes o aumento da dimensão do seu programa de compra de activos financeiros.

Apesar do ambiente de elevada aversão ao risco, motivada pelos receios de abrandamento económico e de incerteza quanto ao futuro da UEM, que ao levar os investidores a reforçarem posições em activos mais seguros contribuiu para que se mantivesse um ambiente de taxas baixas, assistiu-se ainda assim, sobretudo durante a primeira metade do semestre, a períodos de desanuviamento com estes receios, com impacto favorável nos activos de maior risco.

A deterioração do sentimento e da conjuntura económica na UEM ao longo de todo o semestre conjugado com a decisão do BCE em reduzir as taxas directoras por duas vezes ainda no final de 2011, levaram a uma descida das taxas Euribor, mais acentuada nos primeiros três meses do ano, tendo-se fixado sucessivos mínimos históricos.

A moeda única reflectiu a deterioração da conjuntura económica e a actuação do BCE averbando o 2º semestre consecutivo de depreciação face ao dólar norte-americano. Neste contexto, o euro registou uma queda de -2.3%, após os -10.6% do semestre anterior, tendo, ainda em Maio, chegado a registar a cotação mais baixa desde Junho de 2010, quando atingiu os \$1.236. Para este comportamento contribuíram de igual forma as dúvidas e as incertezas decorrentes da crise da dívida soberana na Europa ao agravarem ainda mais os receios com a viabilidade a longo prazo da UEM.

MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

No primeiro semestre de 2012, o mercado obrigacionista foi dominado pela crise soberana europeia. Após um primeiro trimestre em que se assistiu a alguma recuperação das taxas de juro dos países periféricos, em virtude do sucesso das operações de refinanciamento a 3 anos em montante ilimitado por parte do Banco Central Europeu, a incerteza política na Grécia e a necessidade de recapitalização dos bancos em Espanha vieram ditar a inversão deste sentimento mais positivo ao longo do segundo trimestre. As taxas de juro de Espanha atingiram inclusive máximos desde a adesão deste país à moeda única.

Taxas de Juro das Obrigações a 10 anos

	Dezembro 2011	Junho 2012
EUA	1.88%	1.65%
Reino Unido	1.98%	1.73%
Japão	0.99%	0.84%
Alemanha	1.83%	1.58%
França	3.15%	2.69%
Espanha	5.09%	6.33%
Itália	6.37%	5.11%
Portugal	13.36%	10.16%

O sector financeiro foi o mais afectado pela dinâmica das taxas de juro da dívida soberana, e a manutenção de um elevado nível de liquidez no sistema não foi suficiente para travar o contágio. O facto de parte dessa liquidez ter sido usada na compra de emissões de governos, nomeadamente em Espanha e Itália, acabou por agravar a dinâmica do alargamento de *spreads* nos emitentes financeiros desses países.

O sector de empresas não financeiras beneficiou, nesta conjuntura, da preferência dos investidores, em função dos seus indicadores fundamentais, nomeadamente o reduzido endividamento, contrariamente aos governos e aos bancos.

Numa conjuntura de abrandamento económico global, apesar de alguma resiliência da economia americana ao longo do primeiro trimestre, os Bancos Centrais mantiveram, na sua maioria, políticas monetárias altamente expansionistas, de carácter convencional e não convencional.

Neste enquadramento, as taxas de juro dos países de maior qualidade creditícia como a Alemanha e os Estados Unidos beneficiaram de um forte movimento de aversão ao risco, registando novos mínimos históricos.

A dificuldade de coordenação entre os diferentes países europeus, na definição de medidas estruturantes, como o estabelecimento de uma União Fiscal no seio da União Europeia ou a criação de *Eurobonds*, assumiu assim um carácter determinante para a evolução do mercado obrigacionista, contribuindo para os elevados índices de aversão ao risco em mercado.

Mercado Accionista

Os principais mercados accionistas mundiais evidenciaram, ao longo do primeiro semestre de 2012, duas tendências distintas de valorização, condicionadas à vigência de sentimentos de mercado igualmente diferenciados. No primeiro trimestre do ano, foi visível uma forte valorização desta classe de activos, encetando-se uma reversão, parcial ou total, do movimento depreciativo das principais praças accionistas mundiais observado no segundo semestre de 2011. Por sua vez, nos meses subsequentes, foi visível um renovar dos receios associados à crise da dívida soberana e ao abrandamento da actividade económica global, que culminou numa inversão da tendência até então patenteada.

Principais Índices Bolsistas

	2012	
	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	12880	+6%
Nasdaq (Nova Iorque)	2935	+14%
FTSE (Londres)	5571	0%
NIKKEI (Tóquio)	9007	+9%
CAC (Paris)	3197	+2%
DAX (Frankfurt)	6416	+10%
IBEX (Madrid)	7102	-18%
PSI-20 (Lisboa)	4698	-14%

Valores no final do semestre

A acção dos Bancos Centrais, designadamente do Banco Central Europeu, assumiu-se como determinante para a valorização registada pela classe. Este, por intermédio da realização das duas operações de refinanciamento, de montante ilimitado, junto dos bancos comerciais europeus, proporcionou o estabelecimento de um sentimento de

mercado de maior apetite por activos de maior risco, a par da estabilização dos receios de agravamento da crise da dívida soberana e respectiva propagação a outros países europeus. No entanto, perante a emergência de maiores níveis de instabilidade política e a incapacidade de constituição de mecanismos e medidas, pelas autoridades europeias, que contribuam de forma estruturante para a estabilização dos receios instituídos em torno da estabilidade da Zona Euro, deu-se uma inversão dos níveis de apetência ao risco e consequente desvalorização significativa do mercado de acções.

Por outro lado, o perfil de valorização observado encontrou-se estreitamente associado à evolução do ciclo económico ao longo dos últimos seis meses. Durante o primeiro trimestre do ano, foi visível uma manutenção da tendência positiva de divulgação de dados económicos, que já havia sido observada ao longo dos últimos meses de 2011 e que contribuiu para um optimismo moderado relativamente às expectativas de crescimento económico global. Posteriormente, no segundo trimestre, tal ciclo de divulgação de dados económicos positivos foi interrompido, culminando na deterioração da trajectória de expansão da actividade económica, e consequente impacto na classe accionista.

Assim, a prevalência de expectativas recessivas na Europa, o alargamento da crise da dívida soberana para países como a Itália e a Espanha, e respectivo aumento do prémio de risco das classes de activos originárias deste bloco económico, conduziu a performances diferenciadas entre os mercados accionistas, no cômputo semestral.

Nos EUA, observou-se uma valorização de 8,3% do índice S&P 500, uma valorização de 6% do índice Dow Jones e de 14% do índice Nasdaq. Por outro lado, o índice agregado europeu Eurostoxx 600 obteve uma valorização de 0,3% no primeiro semestre do ano, com destaques pela negativa para os índices accionistas de Grécia (FTSE/ASE), Portugal (PSI-20), Espanha (IBEX-35) e Itália (FTSE/MIB), com desvalorizações de 20%,14%,18% e 5%, respectivamente. Na Ásia, o Nikkei registou um ganho de 6,5%.

Nos primeiros seis meses do ano, o desempenho dos mercados accionistas de países emergentes foi diferenciado, com o índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes a registar uma valorização de 2%. Entre os quais foram visíveis variações de -11% no índice brasileiro (Bovespa), de 0,3% na praça accionista da China (Shangai) e uma valorização de 8% na Índia (Sensex).

Perspectivas

Em resultado da crise da dívida soberana e do fraco desempenho da economia europeia ao longo do primeiro semestre do ano, a Europa deverá registar, em 2012, uma contracção da actividade económica, assim como uma expansão diminuta do produto real no ano de 2013. Por sua vez, os receios de contágio associados à temática europeia, a par do recente ciclo de divulgação de dados económicos fracos nas economias desenvolvidas e emergentes, deverá conduzir a uma redução das expectativas de crescimento económico global, o que poderá constituir um factor de risco para o sentimento de mercado.

No que respeita à actuação dos principais Bancos Centrais, e considerando o enquadramento macroeconómico global, será expectável a manutenção de condições de política monetária expansionistas, de carácter convencional e não convencional. Ao longo do segundo semestre de 2012, a Reserva Federal Americana deverá manter as operações de intervenção no mercado de dívida previstas, na sequência da extensão deste programa, assim como manter a taxa de referência inalterada em 25p.b. até meados de 2014.

Por sua vez, após o anúncio de corte de taxas directoras para 75p.b., pelo Banco Central Europeu, nível que constitui um mínimo histórico, e perante a manutenção do cenário recessivo no bloco europeu e expectativas de inflação moderada, encontra-se parcialmente implícita no mercado a possibilidade de ocorrência de um corte

adicional de taxas de 25p.b., bem como a manutenção de cedência de liquidez ilimitada ao sistema financeiro europeu.

Assim, os mercados de obrigações dos países de melhor qualidade creditícia deverão manter os níveis de taxas de juro reduzidos, embora num regime de forte volatilidade, em função das condições macroeconómicas vigentes e dos níveis de incerteza política prevaletentes na Europa e EUA. Relativamente aos mercados periféricos europeus, dever-se-á continuar a evidenciar um prémio de risco elevado, face às debilidades estruturais destes países e à incapacidade das autoridades europeias em estabelecer de soluções agregadoras, designadamente a criação de uma União Fiscal e Bancária.

Em termos de obrigações de risco de crédito, o sector de empresas deverá permanecer vulnerável à evolução registada na crise da dívida soberana europeia, sendo dotado, ainda assim, de elevados níveis de liquidez, providenciada pelo BCE, assim como de um grau de endividamento historicamente reduzido. Por outro lado, esta classe deverá continuar a beneficiar de uma rendibilidade potencial atractiva face às obrigações do tesouro de referência.

No que respeita aos mercados accionistas, será expectável a manutenção de elevados prémios de risco na classe, decorrente das incertezas associadas à maior fragilidade da conjuntura macroeconómica global, assim como da evolução da crise da dívida soberana europeia, devendo-se manter o actual regime de forte volatilidade de mercado.

No segundo semestre de 2012, o desempenho das várias classes de ativos deverá portanto permanecer fortemente correlacionado com a evolução da crise da dívida soberana europeia e do contexto macroeconómico. Não obstante, a classe de crédito poderá apresentar potencial de criação de valor, associado ao actual diferencial de rendibilidade face às obrigações do tesouro.

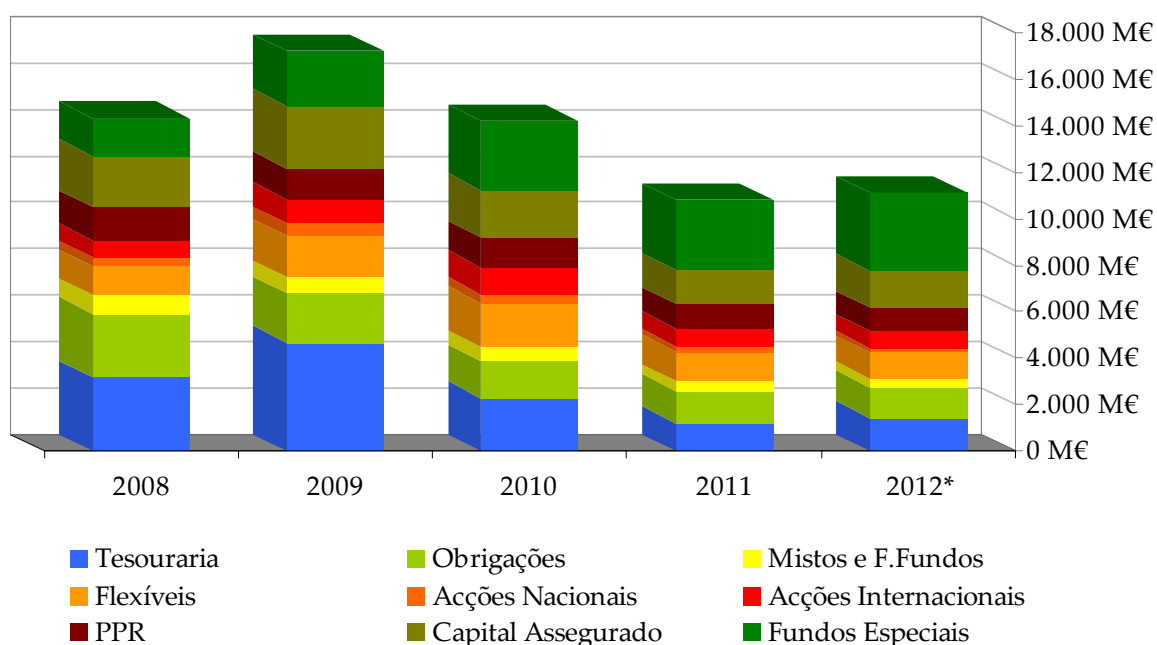
MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS

Em 30 de Junho de 2012, o valor dos activos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situou-se em 11.151 Milhões de Euros (M€), o que traduz um crescimento de 2,9% desde o início do ano.

O montante dos Fundos Especiais de Investimento registou um incremento de 352 M€ (12%), os Fundos de Tesouraria aumentaram 225 M€ (19%) e os Fundos de Capital Garantido cresceram 140 M€ (10%). Por outro lado, os Fundos Flexíveis diminuíram 156 M€ (12%), os Fundos de Acções, no seu conjunto, perderam 93 M€ (9%) e os fundos PPR registaram um decréscimo de 54 M€ (5%).

Os Fundos Especiais de Investimento e os Fundos de Capital Assegurado constituem as categorias com maior dimensão em Portugal, com activos que representam 45% do mercado de fundos mobiliários.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



* 30 de Junho de 2012

No primeiro semestre de 2012, foram constituídos 6 novos fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento, no valor de 121 M€ e foram liquidados 6 fundos, principalmente Fundos de Capital Assegurado, mantendo-se em 299, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final do Junho, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 83% do mercado. A quota de mercado da CaixaGest aumentou para 25% ao longo do semestre, reforçando a liderança do mercado.

ACTIVIDADE DO FUNDO

Caracterização do Fundo

O Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade em 24 de Outubro de 2005, é comercializado na CGD e destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações de longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização de rendimentos.

A política de investimento do fundo tem como objectivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de unidades de participação de fundos que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, da Qualidade do Ambiente e das Licenças de Emissão de Carbono.

Estratégia de Investimento

O primeiro trimestre ficou marcado pelo dissipar dos receios com a crise da dívida soberana europeia, permitindo um ambiente favorável para a classe de ativos de Energias Renováveis; enquanto que o segundo trimestre, sobretudo após os resultados das eleições na França e na Grécia, foi marcado pela expectativa de cortes nos subsídios atribuídos a esta indústria e pela diminuição das expectativas de crescimento económico mundial.

O índice accionista de empresas de energias renováveis (WilderHill) terminou o semestre com quedas ligeiras (-1.5%), pouco acima do verificado nos índices accionistas mais generalistas. No mesmo período, os índices de licenças de carbono (CERs e EUAs), registaram subidas médias em torno dos 8%, beneficiando das fortes valorizações verificadas em Junho, na sequência da decisão da Comissão Europeia de suspender a venda em mercado de um elevado número de licenças.

Perante este enquadramento, o Fundo continuou a privilegiar o investimento em fundos com objectivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionais. Em Janeiro, a carteira era composta por 80% de investimentos em fundos de retorno absoluto e 20% em fundos direccionais, tendo terminado o semestre com uma exposição de 76% em fundos de retorno absoluto e de 21% em fundos direccionais.

Avaliação do desempenho

Em 30 de Junho de 2012, o valor do CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 23.552.712,71 € e encontrava-se repartido por 4.257.896,0000 unidades de participação. Desde o início do ano, o fundo registou uma rentabilidade líquida de 0,87% e uma volatilidade de 4,28%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
2008	- 12,07%	3
2009	6,36%	3
2010	4,13%	2
2011	- 4,20%	4
2012*	0,87%	2

2012* - Rendibilidade efectiva do fundo durante o primeiro semestre de 2012.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

23 de Agosto de 2012

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
AUDITADAS**

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012			2011		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2012	2011
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO FUNDO			
Unidades de participação	3	19.292.907	5.052.382	(928.014)	23.417.275	33.090.580	Unidades de participação	1	21.289.480	29.416.475
DISPONIBILIDADES							Variações patrimoniais	1	615.415	1.531.889
Depósitos à ordem	3	183.386	-	-	183.386	671.931	Resultados transitados	1	1.638.941	2.832.647
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							Resultado líquido do período	1	8.877	(404.174)
Outros acréscimos e diferimentos		18	-	-	18	709			23.552.713	33.376.837
							TERCEIROS			
							Comissões a pagar		29.188	36.912
							Outras contas de credores		18.778	349.471
Total do Activo		19.476.311	5.052.382	(928.014)	23.600.679	33.763.220	Total do Capital do Fundo e do Passivo		47.966	386.383
Número total de unidades de participação em circulação	1				4.257.896	5.883.295	Valor unitário da unidade de participação	1	5,5315	5,6732

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2012.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

<u>CUSTOS</u>				<u>PROVEITOS</u>			
	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>		<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
Juros e custos equiparados:				Juros e proveitos equiparados:			
Outros, de operações correntes		-	7	Outros, de operações correntes		1.084	2.643
Comissões:				Rendimento de títulos		87.596	425.135
Da carteira de títulos		-	1	Ganhos em operações financeiras:			
Outras, de operações correntes	15	177.379	236.682	Na carteira de títulos		1.468.127	2.198.915
Perdas em operações financeiras:				Em operações extrapatrimoniais		29	-
Na carteira de títulos		1.325.678	2.444.074			<u>1.556.836</u>	<u>2.626.693</u>
Em operações extrapatrimoniais		-	63				
Impostos sobre o rendimento	9	43.351	349.116	PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
Outros custos e perdas correntes	15	1.560	924	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		9	-
		<u>1.547.968</u>	<u>3.030.867</u>				
 Resultado líquido do período		 8.877	 (404.174)				
		<u>1.556.845</u>	<u>2.626.693</u>			<u>1.556.845</u>	<u>2.626.693</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	-	318.451
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	(4.983.553)	(3.995.527)
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>(4.983.553)</u>	<u>(3.677.076)</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação	9.440.917	5.793.642
Rendimento de títulos	87.596	425.135
Pagamentos:		
Subscrições de unidades de participação	(3.951.073)	(2.287.746)
Outras taxas e comissões	-	(1)
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>5.577.440</u>	<u>3.931.030</u>
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	28	-
Pagamentos:		
Operações cambiais	-	(64)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>28</u>	<u>(64)</u>
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	943	1.806
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(163.762)	(220.863)
Comissão de depositário	(11.697)	(15.776)
Impostos e taxas	(324.839)	(15.988)
Juros de descobertos bancários	-	(7)
Outros	(3.129)	(1.539)
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>(502.484)</u>	<u>(252.367)</u>
Saldo dos fluxos monetários do período	91.431	1.523
Depósitos à ordem no início do período	91.955	670.408
Depósitos à ordem no fim do período	<u>183.386</u>	<u>671.931</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas semestrais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foi como segue:

	Saldo em 31.12.2011	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 30.06.2012
Valor base	25.763.625	(4.474.145)	-	-	21.289.480
Diferença para o valor base	1.124.823	(509.408)	-	-	615.415
Resultados transitados	2.832.647	-	(1.193.706)	-	1.638.941
Resultado líquido do período	<u>(1.193.706)</u>	<u>-</u>	<u>1.193.706</u>	<u>8.877</u>	<u>8.877</u>
	<u>28.527.389</u>	<u>(4.983.553)</u>	<u>-</u>	<u>8.877</u>	<u>23.552.713</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>5.152.725</u>	<u>(894.829)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.257.896</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,5364</u>	<u>5,5693</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,5315</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foi o seguinte:

<u>Meses</u>	<u>Valor líquido global do Fundo</u>	<u>Valor da unidade de participação</u>	<u>Número de unidades de participação em circulação</u>
Janeiro	27.029.987	5,5986	4.828.032
Fevereiro	25.933.562	5,5802	4.647.392
Março	25.257.495	5,6074	4.504.325
Abril	24.651.906	5,5955	4.405.652
Maió	24.078.931	5,5578	4.332.467
Junho	23.552.713	5,5315	4.257.896

Em 30 de Junho de 2012, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Entre 0,5% e 2%	5
Até 0,5%	1.673

Total de participantes	1.678
	=====

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2012, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais-valias</u>	<u>Menos-valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	7.950.000	4.000.995	-	11.950.995
- PF - WATER I	2.760.138	515.658	-	3.275.796
- IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.808	398.208	-	2.161.016
- PARVEST ENVIRONM.Opp	1.842.016	-	(176.211)	1.665.805
- EUROPEAN CARBON FUND	596.969	-	(343.150)	253.819
	<u>14.911.931</u>	<u>4.914.861</u>	<u>(519.361)</u>	<u>19.307.431</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal				
- FEI CX F. MONETARIO	480.976	3.547	-	484.523
	<u>480.976</u>	<u>3.547</u>	<u>-</u>	<u>484.523</u>
Outros valores:				
Valores mobiliários nacionais não cotados				
Unidades de participação				
- Luso Carbon Fund	2.500.000	-	(408.653)	2.091.347
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	133.974	-	1.533.974
	<u>3.900.000</u>	<u>133.974</u>	<u>(408.653)</u>	<u>3.625.321</u>
	<u>19.292.907</u>	<u>5.052.382</u>	<u>(928.014)</u>	<u>23.417.275</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	91.955
. Aumentos	91.431
. Reduções	-

Saldo em 30 de Junho de 2012	183.386
	=====

Em 30 de Junho de 2012, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na CGD, e apresentam a seguinte composição por moeda de origem:

<u>Moeda</u>	<u>Montante na moeda original</u>	<u>Contravalor em Euros</u>
EUR	182.325	182.325
USD	995	790
AUD	335	271

		183.386
		=====

Em 30 de Junho de 2012, os depósitos à ordem denominados em Euros eram remunerados à taxa anual bruta de 0,186%.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Impostos sobre o rendimento” (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica “Rendimento de títulos” no exercício em que são recebidos ou quando a respectiva sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente na data de valorização do Fundo, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor do património líquido do Fundo, excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica “Comissões – Outras, de operações correntes”.

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês. Em 30 de Junho de 2012, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

Os juros de valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes nacionais e os juros de depósitos bancários em instituições de crédito no país são tributados por retenção na fonte à taxa de 21,5% ou 25%, consoante o seu vencimento tenha ocorrido antes ou a partir de 1 de Janeiro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, os juros dos valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes estrangeiros são tributados autonomamente à taxa de 20%, e os juros de depósitos bancários em instituições de crédito estrangeiras são tributados autonomamente à taxa de 25%.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento:	
. Impostos pagos em Portugal:	
- Ganhos em unidades de participação	25.561
- Rendimento de unidades de participação	17.519
- Juros de depósitos à ordem	271

	43.351
	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2012, o Fundo detém os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

<u>Moeda</u>	
USD	995
AUD	335
Contravalor em Euros	1.061
	=====

Nesta data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Custos</u>	<u>Valor</u>	<u>% Valor médio líquido global do Fundo</u>
Comissão de gestão:		
Componente fixa	161.340	0,6297%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	11.524	0,0450%
Taxa de supervisão	4.515	0,0176%
	<u>177.379</u>	
Outros	1.560	0,0061%
Comissões e taxas indirectas	242.200	0,9453%
	<u>421.139</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	25.622.723	
Taxa global de custos (TGC)	1,6436%	

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica “Comissões e taxas indirectas” apresenta o seguinte detalhe:

NOVEENERGIA II 2010	117.009
LUSO CARBON FUND	28.883
IMPAX NEW ENERGY FUND	23.942
FLORESTA ATLÂNTICA	20.012
FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	17.781
PF - WATER I	13.916
PARVEST ENVIRONM.Opp	12.088
EUROPEAN CARBON FUND	6.888
FEI CX F. MONETARIO	1.681

	242.200
	=====

17. OUTROS ASSUNTOS

Em 30 de Junho de 2012, o Fundo detinha unidades de participação de fundos de investimento não harmonizados registados e supervisionados por entidades tutelares com sede em países da OCDE que não Portugal que excediam 60% do valor líquido global do Fundo (VLGF), bem como detinha unidades de participação num fundo de investimento que representavam mais de 50% do seu VLGf. Estas situações consubstanciaram ultrapassagens aos limites de investimento constantes no Regulamento de Gestão do Fundo. No entanto, no dia 9 de Julho de 2012, a Sociedade Gestora do Fundo comunicou aqueles incumprimentos à CMVM, referindo que se encontrava a promover as diligências necessárias para regularizar tal situação.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no Relatório de Gestão, no Balanço, que evidencia um total de 23.600.679 Euros e um total de capital do Fundo de 23.552.713 Euros, incluindo um resultado líquido do período de 8.877 Euros, nas Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo (em especial no que se refere a valores não cotados em mercado regulamentado e a derivados negociados fora de mercado regulamentado); (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos; (v) a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (viii) a apreciação se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.



Parecer

5. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. De acordo com o Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais-valias líquidas potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 30 de Junho de 2012, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 879.000 Euros (aproximadamente, 783.000 Euros em 31 de Dezembro de 2011).
7. Em 30 de Junho de 2012, o Fundo detinha unidades de participação de fundos de investimento não harmonizados registados e supervisionados por entidades tutelares com sede em países da OCDE que não Portugal que excediam 60% do valor líquido global do Fundo (VLGF), bem como detinha unidades de participação num fundo de investimento que representavam mais de 50% do seu VLGF. Estas situações consubstanciaram ultrapassagens aos limites de investimento constantes no Regulamento de Gestão do Fundo. Desta forma, no dia 9 de Julho de 2012, a Sociedade Gestora do Fundo comunicou aqueles incumprimentos à CMVM, referindo que se encontrava a promover as diligências necessárias para regularizar tal situação.

Lisboa, 29 de Agosto de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura